



Anais da Assembléia

N.º 18

CURITIBA, SEXTA - FEIRA, 26 DE MARÇO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 20ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Muggiati Filho.

Às 9:30 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Ezequias Losso e Hélio Manfrinato (50), achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aragão de Matos Leão, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias e Wilson Fortes. (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 80/76, veto aposto ao Projeto de Lei nº 57/74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Santana do Itararé, ambulância Willys, ano 1966, e dá outras providências. Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto.

OFÍCIO Nº 335/75.

Curitiba, 18 de dezembro de 1975.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício nº 134/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 57/74, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Santana do Itararé, a viatura de placa CE-28.98.,

ano de fabricação 1966, marca Willys, ambulância, certificado nº 466361, que pertencia à Secretaria de Saúde Pública.

O não acolhimento ao plano de lei em exame decorre da impossibilidade de efetivar-se a pretendida doação, tendo em vista as informações prestadas pelo Departamento Estadual de Administração de Material, as quais esclarecem que o veículo em questão foi vendido, através da Concorrência Pública nº 5/74, de 05 de setembro de 1974, por ter sido julgado inservível.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) **JAYME CANET JUNIOR**
Governador do Estado

Encerrada a discussão. Em votação a proposição. — **Rejeitado o Projeto, mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 113/76.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Maurício Fruet.

Às 10:00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Hélio Manfrinato, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Ivan Ruppel (50), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Matos Leão, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias e Wilson Fortes (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei nº 20/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, A.P.M.I., de Tomazina, com sede na cidade de Tomazina, neste Estado.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1976.

a) **GABRIEL MANOEL**

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, o fazemos conscientes de receber a acolhida afirmativa, visto as razões abaixo discriminadas:

A A.P.M.I., de Tomazina, completa este ano vinte e oito anos de ininterrupta atividade em prol da infância desamparada dando também, assistência pré e pós-natal às mães carentes de recursos, completando o ciclo de suas finalidades. Esta mesma A.P.M.I. já declarada de Utilidade Pública pelo Legislativo Municipal daquela Comarca, por Lei Municipal que tomou o nº 29/74, está devidamente registrada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, sob o nº 675, e preenche todos os requisitos exigidos por lei que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 21/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - A M O P, com sede no Município de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1976.

a) **EGON PUDELL**

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública se enquadra dentro das exigências previstas pela Legislação Federal e Estadual, reguladoras do instituto de declaração de Utilidade Pública.

Ademais, temos que a referida Associação vem prestando inestimáveis serviços à coletividade paranaense, dentro das suas finalidades estatutárias, sendo a principal a de promover a integração dos municípios do oeste paranaense, motivo pelo qual apresentamos o presente Projeto de Lei, que temos certeza contará com o apoio e aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está tramitando nesta Casa um projeto de lei cujo número é 6/76, que vem do Governo do Estado e que tem por fim disciplinar a incorporação de gratificação para os inativos que se aposentarem a partir da vigência deste plano de lei, se assim for aprovado.

O projeto, tem duas formas de tratamento. Uma, relacionada com o regime de tempo integral, e a outra, que trata

de incorporar a gratificação por serviço prestado na forma que dispõe.

Como sugestão estamos enviando ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, uma forma de modificação do texto para haver um equilíbrio de tratamento, uma equidade por assim dizer, no tratamento porque, diz o Projeto:

Que “A Incorporação das gratificações ao funcionário que conta com três ininterruptos ou cinco anos alternados de serviços extraordinários”. E no parágrafo Primeiro fala de um cálculo fixo de 33 por cento sobre o vencimento do cargo que estiver exercendo na data da aposentadoria. Pedindo a observação no disposto do Artigo 140 do Estatuto. E no Art. 3º fala da gratificação por regime de tempo integral, ou dedicação exclusiva, do Artigo 172 do Estatuto, dizendo da incorporação aos proventos nas aposentadorias, desde que os funcionários contem com três ininterruptos e cinco anos alternados, reconhecidos.

E o § Único que pretende disciplinar o percentual estabelece uma forma variável, a base proporcional da percentagem recebida neste tempo.

A nossa observação é de que o § Único no Artigo 1º, não estabeleça critério fixo, um percentual fixo, de 33,33 por cento porque no caso do Poder Legislativo, no caso do Judiciário e também do Tribunal de Contas, muitos dos funcionários poderiam sofrer prejuízos com sua ida para a inatividade.

Deixando assim de ser uma lei justa que trata de forma justa, uma remuneração proporcional, ao que ele ganha efetivamente.

Entendemos que esses 33 por cento não devem ser previamente fixados, mas esta gratificação para incorporação dos vencimentos deve ser feita na forma da proporção, que o funcionário recebe sua gratificação quando em exercício. Vale dizer, se o funcionário percebe vencimentos de hum mil cruzeiros, e ele tem uma gratificação na base de 50 por cento como ocorre aqui no Legislativo, se a perdurar o projeto original que levaria dos 50 apenas 33 por cento, e, se vingar a nossa sugestão ele levaria os 50 por cento que efetivamente recebe.

Deixaria então de ser um projeto injusto e consentâneo com outros dispositivos que trata do regime de tempo integral e dedicação exclusiva. Esta sugestão eu estou fazendo diretamente ao Secretário de Recursos Humanos sem a necessidade de passar por este plenário para a aprovação.

Apenas para conhecimento da Casa, há vários dias, nós estamos preocupados com esse problema, atendendo até uma sugestão, um pedido de solicitação verbal daquela Secretaria. Que, como contribuição levarei ao Secretário, e para que os Srs. Parlamentares tomem conhecimento deste trabalho que estamos elaborando em favor inclusive, de permitir ao funcionário que está na iminência de se aposentar, se aposentem com os proventos ou os vencimentos ou a remuneração efetiva, que está percebendo na data da aposentadoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sob o título “Lúcio”, o jornal “O Estado do Paraná” decidiu a este parlamentar um tópico extraordinário. Onde caracteriza perfeitamente que a simples mordida de uma formiguinha fez com que o elefante tivesse que sapatear.

Não entrarei no mérito nesta oportunidade, porque, como sempre, hoje tenho mais um problema relacionado com os interesses do povo e é o que me faz interessar pelos trabalhos parlamentares. Em outra oportunidade haveremos de dizer ao poderoso esquema de divulgação de Paulo Pimentel aquilo que sabemos sobre sua carreira política e empresarial no Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos mais importantes municípios de meu querido Norte Pioneiro do Paraná, também

como outros municípios deste Estado, dirigidos pelo Partido do Governo, vê a administração de sua Prefeitura no mais completo dos abandonos.

Haja vista que o jornal "O Estado do Paraná", de 19 de fevereiro, publicava o seguinte: "Gilmar Ferreira de Almeida, um garoto de 12 anos de idade, é a quarta vítima da erosão em pleno centro de Wenceslau Brás, na rua Presidente Vargas. Só que, ao contrário dos outros três, que sofreram ferimentos, Gilmar morreu sábado último, consternando e revoltando a população da cidade do Norte Pioneiro. Um buraco de 8 metros de extensão por 6 metros de profundidade, por onde corre o esgoto da cidade em plena rua Presidente Vargas, atesta a necessidade urgente de verbas para o combate à erosão em Wenceslau Brás.

Acontece que há uma série de problemas no que diz respeito à administração da cidade e a verba não vem. Agora uma criança perde a vida e o povo culpa indiretamente a inoperância do Prefeito que, segundo afirma, fica mais em Curitiba do que em Wenceslau Brás.

É lamentável que fatos desta natureza aconteçam quase na constância de todos os dias, nestes últimos doze anos. O Prefeito de Wenceslau Brás, em vez de mandar soterrar este pequeno buraco em plena via pública daquela cidade, fica em Curitiba de segunda a sexta-feira, segundo seus munícipes, à procura de arrancar de picaretagem financiamentos para a erosão que não existe, para a erosão que não há, para a erosão que não houve. Parece que S. Exa. o Prefeito Municipal daquela cidade mantém aquele buraco aberto, instintivamente movimentado pela vontade de picaretar os empréstimos tão fáceis e perigosos que fazem um verdadeiro carnaval no presente, que representa naturalmente maior miséria no futuro para o povo paranaense.

É preciso que se diga desta tribuna, todos os dias e tantas vezes se queira dizer, sem importar-se se com isso recebemos ou não notícias nos jornais, é preciso que se diga destes acontecimentos na constância dos dias para ver se acordamos a responsabilidade dos homens públicos e principalmente daqueles que têm como dever dirigir e administrar os municípios deste Paraná.

Fica aqui, para que conste nos Anais da Casa, nossa manifestação de repúdio ao Prefeito de Wenceslau Brás que mantém um buraco fazendo vítimas na constância dos dias, pelo simples sentimento de alcançar, através desta picaretagem esburacada, financiamentos para a erosão que, na realidade não existe em Wenceslau Brás. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, terceiro orador inscrito.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em data de 30 de agosto de 1973, encaminhamos à Mesa o projeto de Resolução que tomou o número 62/73, de reforma do Regimento Interno.

O projeto teve sua tramitação normal até a data de 27 de março de 1974, quando foi aprovado em 1ª discussão.

Acredito que, talvez a maioria dos Srs. Deputados que não participaram da legislatura anterior desconheçam o projeto que, por diversos motivos, inclusive o de que, em 1974, a própria Comissão Executiva, após a aprovação, em 1ª discussão, entendeu de reexaminá-lo e levou perto de três meses no reexame da matéria que acabou sendo comprometido pelo aceleramento do processo eleitoral daquele ano.

Então, o Presidente da Casa, candidato ao Senado, e o próprio autor do projeto, embora pertencente à Comissão Executiva, também com encargos eleitorais inadiáveis, o projeto atravessou o ano de 74 sem que a Comissão Executiva pudesse se pronunciar efetivamente sobre o mesmo.

Em 1975, alguns entre os Srs. Deputados, pediu vistas do processo. E assim atravessou o ano de 1975.

Continua o processo com sua aprovação em 1ª discussão mas, sem que os reparos que devem ser feitos ao projeto — e isso, como seu próprio autor o reconhece — porque reestudando e reexaminando a matéria na Comissão Executiva — entendemos que são necessários alguns reparos de não pouca importância.

No entanto, nenhum reparo foi apresentado e submetido à Casa formalmente.

A fim de que se formalize, Sr. Presidente, as modificações que devem ser feitas ao projeto, e a Casa possa, realmente, ter um Requerimento Interno à altura de suas reais responsabilidades, cada vez mais acentuadas. E passados que são, ao que podemos hoje constatar, os motivos de alguma intransigência, que existiu na Legislatura passada entre ilustres membros desta Casa, que preferiram manter um regimento anacrônico, vulnerável de interpretações avessas, muitas vezes, ao próprio direito.

Sentindo-se hoje, que o pensamento unânime desta Casa é de que se lhe dê o Regimento reclamado já pelas Constituições de 1967, de 1970, e de 1971 que desatualizaram completamente o Regimento em vigor, é que estamos reencaminhando à Presidência desta Casa a fim de que designe, antes de encaminhá-la para a 2ª discussão, uma Comissão para o reexame do projeto.

Esta Comissão, no nosso entendimento, deveria ser presidida por V. Exa., Sr. Presidente, com a participação dos demais membros da Mesa e deverá a mesma analisar e reexaminar o projeto para que possamos ter brevemente o Regimento Interno que tanto necessita esta Augusta Assembléia,

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — A mesa concorda com o Deputado Muggiati Filho no sentido de que esta Casa tem necessidade de um novo Regimento Interno. Entretanto o projeto que está em tramitação nesta Casa está eivado de vícios, motivo pelo qual necessita ser reformulado integralmente.

A prerrogativa seria da Mesa, no entanto para auxiliar a Mesa Executiva esta Presidência designa os Srs. Deputados Muggiati Filho e Accioly Neto e como Secretário designa o Dr. Júlio Xavier Vianna, funcionário desta Casa.

Além do mais convoca para terça-feira, após a Sessão plenária a primeira reunião para que a Comissão possa estudar e combinar os detalhes e horários das demais reuniões.

— Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, quarto orador inscrito.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já estão tramitando nesta Casa dois projetos que reputo da maior importância neste período legislativo. São os projetos 6/76 e 7/76. Ambos dispõem sobre a incorporação aos proventos de aposentadoria do servidor público, de benefícios. Um deles relativamente a prestação de serviço de regime de tempo integral e dedicação exclusiva e o outro com referência a jornada extraordinária de trabalho.

Ambos os projetos já se encontram na Comissão de Constituição e Justiça e de acordo com o Regimento Interno tomei a liberdade de avocá-los para relatar.

Este pronunciamento de hoje, em torno destes dois projetos de lei, decorre de pronunciamento anterior, na data de hoje também, do eminente Deputado Fidelcino Tolentino, no qual encaminhou sugestão a S. Exa. Secretário de Recursos Humanos no sentido de alterar a redação de um dos dispositivos do Projeto de Lei 06/76.

Em ambos os projetos que já tive oportunidade de estudar e cujos pareceres entregarei à Comissão de Constituição e Justiça para apreciação na próxima terça-feira, me vi na contingência de contingência de oferecer, a ambos, Emendas Substitutivas; numa delas, para efeito de acréscimo, e, em outra, de caráter redacional.

Com relação ao Projeto número 07/76, que dispõe sobre

modificação no artigo 87 do Estatuto da Polícia Civil, entendi ser necessário que se modificasse a redação do parágrafo 1º deste artigo 87, visando permitir que, além da incorporação do Regime Integral e da Dedicção Exclusiva nos proventos incluídas, as gratificações que o servidor público policial recebe, em função de cargos de chefia ou de direção. É que me pareceu justo e oportuno que, no momento em que o Governador do Estado propõe a esta Casa que se incorpore aos proventos de aposentadoria do servidor público policial, do benefício resultante do Regime de Tempo Integral e Dedicção exclusiva, não ficasse de fora a gratificação que o servidor público recebe quando em atividade, pelo exercício de cargo de chefia ou de direção.

Com relação ao Projeto de Lei número 06/76, objeto de pronunciamento do Deputado Fidelcino Tolentino, eu desejo afirmar e comunicar à Casa, antecipadamente à decisão da Comissão de Constituição e Justiça, que o meu parecer, que é favorável ao projeto, o é todavia na forma de uma Emenda Substitutiva, Emenda Substitutiva que vai alterar a redação do parágrafo 1º do artigo 20 do projeto, bem como a redação do artigo 4 do mesmo projeto.

No projeto original, parágrafo único do artigo 2º, tem a seguinte redação:

"O cálculo para a incorporação será feito na base de 33,33 por cento, sobre os vencimentos do cargo que o funcionário estiver exercendo na data da aposentadoria, observados os dispositivos no item 3 do artigo 140, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970".

Em troca, estou propondo uma nova redação, cujo teor é o seguinte:

"Para efeito da incorporação servirá de base de cálculo o percentual médio pago ao funcionário, durante o período aquisitivo do direito, o qual incidirá sobre o valor dos vencimentos do cargo que estiver exercendo na data da aposentadoria, ou, se for o caso, sobre o valor dos proventos assegurados pelo inciso 3º do artigo 140 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970".

Como justificativa, ficará constando do parecer que, esta Emenda Substitutiva obedeça a u'a melhor técnica legislativa e tem ainda, a virtude de dar, ao dispositivo, uma redação que assegurará ao beneficiário da vantagem, um tratamento de maior equanimidade, não permitindo que uns sejam beneficiados com valor superior ao que percebiam na atividade, enquanto outros eventualmente poderiam vir a perceber valor inferior àquele de que desfrutavam na situação anterior.

Com isto, a emenda ajustará o projeto ao mandamento constitucional, que proíbe receba o funcionário, na inatividade, proventos superiores àqueles que recebia quando na atividade.

De outro tanto, em relação ao artigo 4º também proponho modificação na redação original, que é a seguinte:

"A incorporação de que trata a presente lei não se aplica a funcionários em Regime de Acumulação de Cargos".

Estou propondo, no parecer, a seguinte redação:

"Artigo 4º — A incorporação de que trata a presente lei não se aplica aos funcionários que acumulam dois cargos estaduais".

Desta forma, nas acumulações lícitas do cargo de magistério por exemplo, na área federal, e o exercício de função pública na área estadual, não impedirá a concessão do benefício.

Era esta a informação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu pretendia transmitir à Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 07/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com as Prefeituras Municipais que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias Públicas nos referidos municípios. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Públicas, com as Prefeituras Municipais de Altônia, Indianópolis, Ivaiporã, Jaboti, Loanda, Mandaguaçu, Medianeira, Mirador, Querência do Norte, Santo Antonio do Caiuá e Sengés, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1976.

(a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

(a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 135/75, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Paracity, um terreno de propriedade do Estado conforme especifica. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 135/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Paracity, o terreno de propriedade do Estado, sob o número 03 (três), da Quadra número 83 (oitenta e três), da Planta Geral da cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1976.

(a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente.

(a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei nºs 82/75, 115/75, 117/76 e 119/75, que tramitam nesta Casa.

O Sr. Deputado Accioly Neto não disse em seu requerimento, sobre o teor da matéria constante destes projetos de Lei. Nestas condições, a Mesa não pode recebê-lo e espera que V. Exa. esclareça para fazer uma nova apresentação na próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações ao observatório Astronômico do Colégio Estadual do Paraná, pelo interesse que vem despertando ao estudo da Astronomia junto aos jovens. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que sejam efetuados estudos visando a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito na cidade de Prudentópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam tomadas providências objetivando dar condições de funcionamento ao Ginásio Estadual do Distrito de Guaporé, município de Guaraniaçu. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro necerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 23/75 e da Lei nº 146/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 205/75 e de Lei nº 104/75.

VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 177/75 e de Lei nº 157/75.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETO LEGISLATIVO Nº 42/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11475, de 13 de novembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I — retificar o Decreto Legislativo nº 428/67, de 16 de agosto de 1967, para declarar que o tempo líquido de dois (02) anos e três (03) meses, compreendido entre 13 de setembro de 1944 a 31 de dezembro de 1946, em que ODAHIR COSMOS, Matrícula 575, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, prestou serviços à Rede Viação Paraná-Santa Catarina, é contado para todos os efeitos legais e não como consta naquele ato; e, II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 28 de outubro de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de fevereiro de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 433/76, de 23 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar o Decreto Legislativo nº 129/75, de 12 de março de 1975, na parte que se refere a designação do funcionário ANTO-

NIO DOS SANTOS RIBAS, matrícula nº 357, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia para exercer o cargo de Auxiliar de Portaria, a partir de 23 de janeiro de 1976; e,

II — designar o funcionário acima citado para exercer o cargo de Chefe da Seção de Registro de Operações da Coordenadoria de Execuções de Auxílios Sociais, do Departamento de Finanças, a partir de 23 de janeiro de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de fevereiro de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 44/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 81/76, de 07 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar pagar, nos termos do Artigo 205, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a ALCEU RODRIGUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Ponta Grossa, referente aos funerais de NEY RODRIGUES, ex-funcionário deste Poder, falecido no dia 02 de janeiro de 1976, a importância correspondente a um (01) mês de remuneração ou provento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de fevereiro de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 45/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 391/76, de 22 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo nº 313/75, de 14 de maio de 1975, que contou em dobro as férias relativas ao ano de 1974, ao funcionário ALCIDES ZONATTO, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "23", Matrícula nº 526, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em virtude já ter sido contado pelo Decreto Legislativo nº 12/75.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de fevereiro de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12764/75, de 15 de dezembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I — retificar o Decreto Legislativo nº 194/74, de 10 de abril de 1974, para declarar que o tempo de um (01) ano, sete (07) meses e vinte e nove (29) dias, compreendido entre 20 de janeiro de 1952 a 18 de setembro de 1953, em que FAUSTO LUIZ

ABRY, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, Matrícula 555, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, prestou serviços à Câmara Municipal de Antonina, é contado para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato; e,
II — retificar o inciso II, do Decreto Legislativo nº 377/75, de 11 de junho de 1975, para declarar que o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, é a partir de 27 de setembro de 1973, e não como consta naquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 13124/75, de 23 de dezembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a JOSÉ TARQUÍNIO ISFER, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, matrícula 125, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 10 de dezembro de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 1º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 13011/75, de 18 de dezembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 4º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ARLETTE BELMONT ZEBALLOS, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, matrícula nº 235, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o art. 248, da citada Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 23 de janeiro de 1962 e 23 de abril de 1971, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1963, 1965, 1966, 1967 e de quinze (15) dias de 1968, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei número 6174, a partir de 23 de agosto de 1974; data em que completou

quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12251/75, de 03 de dezembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ALVARO SÉRGIO MARAVALHAS, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, matrícula número 030, o tempo de dois (02) anos, cinco (05) meses e oito (08) dias, compreendido entre 15 de maio de 1956 e 17 de junho de 1957, e entre 1º de agosto de 1958 e 07 de dezembro de 1959, em que prestou serviços ao Exército Nacional;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 02 de setembro de 1968 e 02 de janeiro de 1973, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1969, 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 24 de janeiro de 1975, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 50/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 684/76, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterações pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 51/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 429/76, de 23 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MANOEL MARTINS DE CASTRO, matrícula número 315, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 04 (quatro) meses correspondentes ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1973 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 52/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 542/76, de 27 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, nos termos do Art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a FLODOALDO TRINDADE, ocupante do cargo de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, Matrícula número 091, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 22 de novembro de 1975, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 53/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12257/75, de 03 de dezembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula 258, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de sete (07) meses e treze dias (13), compreendido entre 01 de fevereiro a 13 de setembro de 1949, em que prestou serviço militar obrigatório; II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio compreendido entre 01 de agosto

de 1953 e 01 de junho de 1963, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1954, contadas em dobro;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 01 de junho de 1963 e 01 de junho de 1967, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio;

IV — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o citado dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 28 de janeiro de 1968 e 28 de maio de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes ao ano de 1971, contadas em dobro; e,

V — acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 14 de dezembro de 1973, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 54/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 144/76, de 08 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 55/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12689/75, de 15 de dezembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MAURÍCIO GONÇALVES, matrícula 152, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o

tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 56/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 248/76, de 14 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LOIZEL R. BITTENCOURT, matrícula 140, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 57/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 249/76, de 14 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo artigo 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975 em favor de LÚCIA MARIA DA VEIGA, matrícula 422, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente do dobro das férias relativas aos exercícios de 1973 e 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 58/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11533/75, de 14 de novembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar para todos os efeitos legais, nos termos do Artigo 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de BLUMER BOSQUILIA, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, matriculado sob o número 414, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que

tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 23 de fevereiro de 1970 e 23 de junho de 1973; antecipado em razão da incorporação deferida pelo Decreto Legislativo número 112/72, de 20 de março de 1972, e das férias referentes aos anos de 1969, 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 59/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 143/76, de 08 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JULIA JOLINSKI DE PAULA, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 60/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 187/76, de 12 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RENE VASCO GARCIA, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, matrícula 429, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 61/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 179/76, de 12 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado

pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de BLUMER BOSQUILIA, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 62/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 180/76, de 12 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 63/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 160/76, de 09 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SEBASTIÃO BUENO, matrícula 576, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1973 e 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 64/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 20/76, de 05 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o

Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALBERTO SAVOIA ASSEF, ocupante do cargo de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 65/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12859/75, de 16 de dezembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA IGNEZIA CAVALLARI FAGUNDES, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia matriculado sob o número 219, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 66/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 416/76, de 22 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, matrícula número 165, ocupante de cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1972, 1973 e 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 67/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 244/76, de 14 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o

Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DORIVAL DELAGASSA, matrícula número 577, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dez (10) meses correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971, 1972, 1973 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 68/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 275/76, de 15 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NEUSA OLÍVIA MELARA, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, matriculado sob o número 344, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1972 e 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 69/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12841/75, de 16 de dezembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LEONILDO MARCHIORO, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DIRETORIA GERAL CONCURSO PARA TAQUIGRAFO

De ordem da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, faço público que se acham abertas, pelo prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do presente Edital, as inscrições para o concurso destinado ao preenchimento de quatro (4)

vagas de taquígrafo, níveis PL-25, PL-24, PL-23 e PL-22, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

CAPÍTULO I DA INSCRIÇÃO

- 1º — Ser brasileiro;
- 2º — ter dezoito (18) anos completos à data do encerramento das inscrições e trinta e cinco (35) incompletos à data da abertura das inscrições, exceto se já for funcionário público;
- 3º — apresentar requerimento de inscrição, dirigido à Comissão Examinadora do Concurso, em qualquer dia útil, no horário de 9 às 11 e das 14 às 16 horas, exceto aos sábados, no Departamento de Pessoal, assinado pelo candidato ou por seu procurador;
- 4º — juntar ao requerimento de inscrição, que obedecerá à fórmula própria, os seguintes documentos:
 - a) - Certificado de conclusão do curso ginásial ou equivalente, ou prova de exercício anterior de atividade de taquigráfica;
 - b) - certidão de idade (registro civil ou certidão de casamento), permitida a fotocópia autenticada ou pública forma;
 - c) - atestado de boa conduta, firmado pela Secretaria de Segurança;
 - d) - declaração de órgão competente da repartição em que trabalhou, para os ocupantes de cargo ou função pública, com mais de 35 anos de idade;
 - e) - três fotografias, 3x4, do candidato, trazendo, no verso, à tinta, o nome.
- 5º — Exibir, no ato da inscrição:
 - a) - Carteira de Identidade ou Profissional;
 - b) - Título de Eleitor;
 - c) - prova de quitação com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino.

- 6º — No momento da entrega do requerimento, o candidato assinará o livro próprio, devendo preencher as fichas de inscrição e receberá um cartão de identidade, com fotografia e a indicação de seu número de inscrição, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

CAPÍTULO II DAS PROVAS.

- 7º — As provas do concurso constarão de:
 - a) - Português;
 - b) - Taquigrafia;
 - c) - Datilografia;
 - d) - Conhecimentos gerais.
- 8º — A prova de português constará de correção de discurso ou trecho de discurso, com o mínimo de vinte e cinco linhas, impressas, cujo ponto será sorteado no momento e onde tenham sido propositadamente incluídos erros. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 50.
- 9º — As provas de taquigrafia e datilografia serão em número de três, obedecendo à seguinte ordem:
 - a) Apanhamento taquigráfico, durante dez minutos, de ditado feito a 100 palavras por minuto, seguindo-se a tradução datilográfada, com prazo de decifração de duas horas. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 60. Limite de erros 8%.
 - b) apanhamento taquigráfico, durante cinco minutos, de ditado feito à velocidade de 120 palavras por minuto,

seguindo-se a tradução datilografada, com prazo de decifração de uma hora. Limite de erros de 10%;

- c) apanhamento taquigráfico de discurso no plenário da Assembleia Legislativa do Estado, com tempo e prazo de tradução a critério da Comissão Diretora;

10º — A prova de conhecimentos gerais constará de perguntas ou testes sobre fatos históricos, políticos e econômicos.

11º — Tratando-se de concurso de provas, para a primeira investidura em cargo de carreira, a todas elas se submeterão os candidatos, independente de títulos ou diplomas que possuam.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

13º — O julgamento da prova de idioma pátrio obedecerá ao seguinte critério: o candidato que corrigir todos os erros incluídos no trecho, obterá 100 pontos; por erro não corrigido ou cometido, perderá tantos pontos quantos resultarem da divisão de 100 pelo número de erros incluídos no texto, multiplicado o quociente pelo número de erros não corrigidos ou cometidos.

14º — Para a contagem de erros nas provas técnicas, cuja decifração será feita obrigatoriamente à máquina, usar-se-á a seguinte norma:

- a) Cada palavra omitida, acrescida ou substituída, com alteração de sentido — 1 erro;
- b) cada palavra omitida, acrescida ou substituída, sem alteração de sentido — meio erro;
- c) erros de português, conforme a gravidade, a critério dos examinadores - meio erro, um erro ou dois erros;
- d) no caso de concorrência de erros (por exemplo, omissão de cinco palavras e substituição por três erradas, computar-se-á o número maior de erros);
- e) os erros em mais de uma palavra contar-se-ão uma vez desde que sejam consequentes.

15º — Para o julgamento final, as provas terão os seguintes pesos: português — peso 2; primeira prova de taquigrafia — peso 1; segunda prova de taquigrafia — peso 4; prova de plenário-peso 2; prova de conhecimentos gerais — peso 1. A média total será obtida mediante a divisão por 10 das notas parciais, multiplicadas pelos seus respectivos pesos.

16º — Só será habilitado o candidato que obtiver nota mínima 70 em taquigrafia, 50 em português, 50 em conhecimentos gerais e a média global mínima de 64.

CAPÍTULO IV

DAS REALIZAÇÕES DAS PROVAS

17º — A chamada dos candidatos será feita, pontualmente, à hora marcada.

18º — Antes da entrada no recinto, cada candidato assinará a lista de comparecimento.

19º — Será obrigatório, em todas as provas, o uso da ortografia oficial (lei nº 5.765, de 18-12-71).

20º — Adotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas as quais deverão, para isso, oferecer o mesmo aspecto material.

21º — Atribuir-se-á nota zero à prova que apresentar sinal, expressão ou convenção que possibilite a sua identificação.

22º — Não haverá segunda chamada para qualquer das provas, seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

23º — A prova de português será manuscrita, à tinta, devendo o candidato comparecer munido de caneta-tinteiro ou esferográfica, com tinta azul-preta. O emprego de outras cores ou de lápis tinta, importará em desclassificação.

24º — O apanhamento das provas de taquigrafia será feito exclusivamente pelo processo manual, a lápis ou a tinta. Ao candidato é lícito utilizar-se do sistema de sua preferência e de bloco próprio. A decifração será feita obrigatoriamente à máquina, fornecida pela Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS.

25º — A inscrição do candidato implicará na aceitação tácita das condições do concurso, nos termos em que se acham estabelecidas.

26º — Em caso de empate na classificação final, o desempate será feito pela melhor nota obtida na prova de português.

27º — As provas, após o julgamento pela Comissão, serão postas à disposição dos candidatos pelo prazo improrrogável de três dias para que sejam examinadas na Divisão de Taquigrafia da Assembleia Legislativa do Estado, podendo recorrer do julgamento à Comissão Diretora, formulando as reclamações que entenderem no ato da vista.

28º — Os recursos, depois de apreciados pela Comissão, serão submetidos à Comissão Executiva a quem caberá a decisão final.

29º — O candidato que se retirar do recinto durante a realização da prova, estará automaticamente excluído do concurso.

30º — É de dois anos o prazo de validade do presente concurso, a contar da data da sua homologação pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

31º — As provas deverão ser realizadas nos dois primeiros dias 22 e 23 de abril do corrente ano, com início às 15 horas e no último dia 24 do mesmo mês e ano, com início às 9 horas, no recinto da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral.